Parte II - A construção da igualdade

Dupla discriminação e dupla militância, o caso das lésbicas e dos negros dentro do movimento homossexual

Edward MacRae

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACRAE, E. Dupla discriminação e dupla militância, o caso das lésbicas e dos negros dentro do movimento homossexual. In: *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 305-340. ISBN 978-85-232-1998-7.
<https://doi.org/10.7476/9788523219987.0017>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Dupla discriminação e dupla militância, o caso das lésbicas e dos negros dentro do movimento homossexual

.....

O movimento homossexual, como vimos, surge no seio de uma contestação mais ampla dos valores de uma sociedade tida como “autoritária”. Os alvos dessa contestação são, não só as estruturas opressivas estabelecidas pela ditadura pós 1964, mas também aquelas que se consolidaram na oposição tradicional. Contra a ideia de hierarquia, de “centralismo democrático” e da liderança dos “mais conscientes” surgiu a noção da comunidade dos iguais, na qual uma opressão em comum é vista como obliterando todas as heterogeneidades de classe, idade, nível cultural, biografia, etc. Embora nutrindo inúmeras divergências em seu seio, surge um aglomerado de movimentos de cunho marcadamente libertário, que adotam o rótulo genérico de “minorias” e se contrapõem à política oposicionista tradicional, assentada no conceito central de luta de classes. Inicialmente rechaçados, tanto pela direita, quanto pela esquerda, eles procuram apoio e legitimação em outros movimentos similares. No caso do Somos, já vimos como sua

primeira apresentação pública se deu no contexto de uma Semana das Minorias na Universidade de São Paulo (USP) e sua primeira manifestação nas ruas no bojo de uma passeata para marcar o Dia de Zumbi, promovida pelo movimento negro.

Porém, se, por um lado, essas alianças trazem força e legitimidade, por outro, elas também levam à validação de certas heterogeneidades internas aos vários movimentos, ameaçando a sua autorrepresentação como “comunidades de iguais”. Assim, ao se aliar às feministas ou aos militantes negros, o movimento homossexual não pode deixar de reconhecer as diferenças entre homossexuais femininos e masculinos ou o racismo em seu seio. Os outros movimentos também sofrem efeitos similares e as feministas são instadas a reconhecer as especificidades das mulheres negras ou lésbicas, da mesma forma que os militantes negros são forçados a aceitar a existência de diferenças entre negros e negras e entre seus parceiros heterossexuais e homossexuais. Surge assim o personagem que se diz “duplamente discriminado” e que, portanto, reivindica o direito à dupla militância, normalmente vista com muita suspeita dentro desses grupos. Com certa relutância, ele geralmente acaba sendo aceito, pois se fundamenta na lógica de todos os movimentos “minoritários”. Muito mais difícil, porém, é a conciliação com uma “dupla militância” que envolva, além do “grupo minoritário”, a participação em organizações voltadas à política partidária mais ampla, sobre as quais sempre pesa a suspeita de desejarem minar a autonomia desses movimentos.

Neste capítulo, procurarei examinar em mais detalhe a atuação de dois grupos “duplamente discriminados”: o das lésbicas e o dos negros homossexuais. Em ambos os casos, lanço mão de material de pesquisa mais indireto, baseando-me, em grande parte, em depoimentos e textos produzidos por esses militantes, ressaltando aqueles aspectos mais diretamente relevantes ao movimento homossexual. Com essa ressalva, desejo deixar claro que não vejo minhas considerações nesses assuntos como sendo, de nenhuma forma, um trabalho definitivo. Este deveria ser, a meu ver, feito por pessoas que tenham tido vivência mais concretas desses grupos.

A constituição do GALF, um grupo exclusivamente lésbico

Entre grande parte da população, a palavra “homossexual”, às vezes causa uma certa confusão. Apesar de existirem outras interpretações possíveis para as intenções iniciais de Benkert, ao inventar esse termo, a maioria das pessoas cultas que o empregam acreditam que seu significado esteja expresso na composição híbrida de um prefixo de origem grega (homo=igual) e uma raiz latina (sexual), significando “sexo igual” ou “sexo com igual”. Porém muitos interpretam a palavra de maneira diferente, acreditando que o prefixo “homo” venha do latim e que o termo signifique algo como “sexo de homem”. Em alguns casos a palavra adquire até uma versão popular e vira “homem-sexual”.

De qualquer modo, é importante lembrar de que a palavra “homossexual” tem um certo cunho erudito e só se incorporou aos poucos à linguagem cotidiana, assim como só recentemente o assunto passou a ser considerado de “bom tom” em círculos que se dispõem a discutir questões “sérias”. Até há pouco, o tema era raramente levantado, exceto em grupos quase exclusivamente masculinos, que o tratavam na base da galhofa, empregando, nesse caso, termos considerados chulos como: “viado”, “bicha”, “sapatão”, etc. Nesses casos, é corriqueiramente feita a distinção entre homossexuais masculinos e femininos. Essa distinção parece ter bases muito antigas, e, até recentemente, embora a prática homossexual masculina pudesse vir a ser discutida, o lesbianismo era quase totalmente ignorado. A própria atividade científica, que no começo deste século se empenhava em classificar todos os fenômenos sociais, deixou de se ocupar muito do assunto. Em 1901, Kraft-Ebbing escreveu que somente existiam cinquenta casos do fenômeno e até hoje o lesbianismo continua a ser menos estudado do que a homossexualidade masculina. As próprias maneiras em que se reprimiam essas práticas comprovam as diferenças entre as formas como eram concebidas as homossexualidades nos dois gêneros. Embora a homossexualidade masculina fosse geralmente perseguida e até criminalizada, o lesbianismo comumente ficava livre de sanções jurídicas, sendo frequentemente ignorado pelas legislações. (WEEKS,

1977, p. 88) Uma vez que os papéis de gênero eram concebidos como tendo bases biológicas, até as etiologias propostas para a homossexualidade eram diferentes nos dois casos.

A identidade dessas duas homossexualidades parece ser, em grande parte, resultado da atual hostilidade que a sociedade geralmente lhes dedica e do fato de que, em alguns dos lugares onde homossexuais masculinos se reúnem, o clima generalizado de questionamento das normas sexuais fornece um certo respaldo também ao lesbianismo. Mas, essa convivência entre homossexuais dos dois sexos nem sempre é pacífica e é comum a homossexualidade ser acompanhada de misoginia ou misandria.

Tanto nos EUA quanto na Europa, os movimentos homossexuais têm sido forçados a reconhecer que não se pode ver a lésbica como simples equivalente feminina dos homossexuais masculinos. Na Inglaterra, por exemplo, a estudiosa do assunto, A. Faraday, alerta para os perigos de se deixar de apreciar o contexto da opressão genérica sofrida pelas mulheres, sejam elas homossexuais ou não, e sugere que uma abordagem mais interessante para o tema deveria questionar a natureza dos rótulos e de seus efeitos estigmatizantes, através de um enfoque nas origens e funções do rótulo, sem deixar de afirmar a natureza positiva e política da identidade lésbica. (FARADAY, 1981, p. 112)

No movimento homossexual brasileiro, vários grupos começaram com integrantes masculinos e femininos, talvez devido à força da categorização “homossexual”, igualmente aplicado a homens e mulheres. Além disso, a magnitude da estigmatização que sofriam os levava a procurar somar suas forças ao máximo em sua busca de reconhecimento social e político. Porém, logo surgiram divergências, consequências naturais das diferentes posições sociais ocupadas pelos dois sexos. Além disso, depois de certo tempo, o movimento homossexual conseguiu um grau de respeitabilidade política entre diversos setores progressistas, especialmente no movimento feminista, que aprendeu a encarar de forma mais positiva a questão. Deixou de lado o empenho em afirmar constantemente a condição heterossexual de suas militantes, frequentemente rotuladas como “sapatões”, simplesmente por contestarem os aspectos mais opressivos dos papéis de gênero tradicionais. Uma vez vencido o receio original das feministas de se

associarem com as lésbicas, estas começaram a se identificar muito mais com as mulheres militantes do que com os homossexuais organizados masculinos. É esta trajetória das mulheres dentro do Somos, que proponho retratar aqui, deixando para outro/a estudioso/a do assunto discussões mais profundas de todas as implicações associadas à ideia de uma “identidade lésbica”.

Os primeiros tempos: homens e mulheres indiferenciados dentro do Somos

Durante o seu primeiro ano de existência, em 1978, o embrião do futuro grupo não foi bem sucedido em atrair mulheres. Estas, porém, começaram a frequentar as reuniões do grupo depois de sua apresentação no debate da Universidade de São Paulo (USP), no começo do ano seguinte, e, em março, dos vinte e cinco integrantes do grupo, dez já eram mulheres. Discutia-se, então, a melhor forma do grupo lidar com o repentino aumento dos seus números, pois o grupo de identificação tornara-se demasiadamente grande para funcionar adequadamente.

Como já vimos, a solução encontrada foi formar três grupos menores, que possibilitassem a participação efetiva de todos os integrantes. Achava-se, na época, que seria interessante que todos esses subgrupos tivessem mulheres, que dessem uma contribuição lésbica para as suas discussões. Desta forma, as mulheres, que já eram minoria dentro do Somos, foram dispersadas, mas, na ocasião, todos os presentes, as mulheres inclusive, concordaram com essa ideia. Esse sistema foi adotado durante aproximadamente dez semanas, mas desde o início já demonstrava não satisfazer aos anseios de muitas das suas participantes.

Por volta de abril daquele ano, o *Lampião* encomendou um artigo sobre lesbianismo, a ser escrito por mulheres do Somos, do Eros e por algumas outras que não participavam de nenhum grupo homossexual organizado. Reuniram-se aproximadamente vinte e cinco mulheres, das quais dez tiveram uma participação mais intensa. Contando com a assessoria de uma jornalista, redigiram uma série de artigos que foram publicados no *Lampião*, de maio de 1979. Essa edição teve uma

repercussão muito favorável no meio homossexual, graças, em parte, ao esforço das mulheres, que saíram vendendo os jornais nos bares e boates que formam o gueto lésbico.

Houve, porém, uma certa insatisfação por parte das autoras do artigo, pois um trecho em que elas explicavam mais detalhadamente o seu comportamento sexual havia sido omitido no jornal. Aguinaldo Silva, coordenador da edição, havia tomado essa decisão por recear que o jornal pudesse sofrer algum tipo de processo judicial por pornografia. Isso causou uma certa indignação, não só entre as mulheres mas também entre os homens do Somos, já que, por razões de tempo, as autoras não haviam sido consultadas sobre esse corte. O assunto chegou mesmo a ser levantado numa reunião de pauta do *Lampião* realizada em São Paulo, na qual participaram vários integrantes do Somos e onde os ânimos ficaram bastante exaltados.

Embora cerca de vinte e cinco mulheres houvessem se proposto a trabalhar no artigo, somente dez foram até o fim. Esse coletivo de mulheres não conseguiu se manter por muito tempo, impossibilitando a reunião de avaliação da experiência em que algumas mulheres esperavam que se formasse o embrião de uma atuação mais permanente. Algum tempo depois, essa reunião acabou sendo realizada por um grupo de mulheres bastante reduzido, e uma das conclusões a que se chegou foi de que elas haviam dado demasiada ênfase à matéria jornalística e perdido uma oportunidade de formar uma organização lésbica.

Foi a partir daí que as mulheres passaram a reivindicar a criação, dentro do Somos, de um subgrupo exclusivamente feminino. Nisso, encontraram apoio por parte de alguns homens, que já tinham uma certa familiaridade com as concepções feministas. Apesar das posições de influência desses homens no grupo, outros criticaram a proposta, alegando que era “divisionista” e lamentando a perda de um contato tão novo e valioso com lésbicas, até então vistas por alguns como seres totalmente desconhecidos. Algumas das mulheres também se colocavam contra essa ideia, vista como a tentativa de uma “cúpula” estabelecer sua hegemonia sobre as demais.

A partir de uma reunião geral, realizada em 2 de junho de 1979, foi formalizada a constituição de um subgrupo só de mulheres e que

passou a ser chamado Lésbico-Feminista ou, mais simplesmente, LF. Nem todas as integrantes do Somos aderiram a ele e algumas continuaram a participar de subgrupos mistos, durante mais algum tempo, até, finalmente, deixarem o Somos.

Tendo finalmente conquistado o direito de se reunirem em separado, as lésbicas inicialmente se sentiram um pouco desnorteadas. Como todas já haviam participado de grupos de identificação, sentiam a necessidade de se engajar em outras atividades. Tentaram retomar a ideia de escrever sobre lesbianismo para o *Lampião*, mas, como nenhuma delas tinha muita prática de escrever, a ideia foi abandonada. Porém, antes, elaboraram um roteiro lésbico de São Paulo, a partir de entrevistas realizadas entre si sobre locais abertos às mulheres homossexuais.

Começou, então, um período de crise severa no grupo de mulheres, que foi se esvaziando gradativamente até restarem somente quatro militantes. Três dessas haviam sido as mais ardorosas defensoras da ideia de um grupo autônomo de mulheres e continuavam muito identificadas com ela. Nessa época, o grupo continuou a receber algumas integrantes novas que certas vezes chegavam com propostas de ação, mas suas passagens pelo grupo eram breves, e somente as quatro, cujo contato com o Somos vinha desde o começo do ano, permaneciam.

Essas quatro mulheres diziam se sentir muito isoladas e temiam que seu grupo virasse apenas um “clube de chá”. Embora elas contassem com o apoio de alguns homens do grupo, achavam necessário mostrar que eram capazes de caminhar sozinhas e fazer um serviço proveitoso. Apesar de não costumarem frequentar o gueto lésbico de São Paulo, resolveram voltar suas atenções a ele, com a finalidade de tentar “conscientizar” suas frequentadoras.

Uma de suas atividades nesse sentido foi a distribuição e venda dos números do *Lampião* com artigos sobre mulheres. Com esse trabalho, elas conseguiram se tornar conhecidas por um grande número de lésbicas que, embora não estivessem dispostas a participar do grupo, davam apoio a seu trabalho na rua. Também tentaram fazer um questionário sobre as atividades e necessidades das lésbicas do gueto. Essa pesquisa, embora iniciada, nunca foi levada a término. Outra atividade, talvez a de maior êxito a que se propuseram, era dar

resposta a cartas que eram endereçadas à Caixa Postal do Somos, o que servia como forma de tentar recrutar novas militantes.

Entre agosto e outubro de 1979, o LF, juntamente com o resto do Somos, parecia passar por uma séria crise. Chegou-se até a dizer que o subgrupo lésbico não existia mais. A situação só melhorou quando algumas das mulheres foram convidadas a participar da Semana Feminista de Campinas e da organização do Encontro Nacional de Homossexuais, promovido inicialmente pelo *Lampião*. Outra atividade que as estimulou foi a sua participação no II Congresso da Mulher Paulista.

O II Congresso da Mulher Paulista¹

Inicialmente, a inclusão das lésbicas na comissão de preparação do II CMP não foi aceita tranquilamente pelas organizações envolvidas. Várias delas, mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio de que sua inclusão poderia afugentar as mulheres da periferia, que ainda seriam muito preconceituosas. Essa foi, talvez, a primeira ocasião em que as lésbicas se viram enfrentando preconceitos de heterossexuais sem contar com um apoio de retaguarda dos homens do Somos. O grupo insistiu em afirmar a sua natureza lésbica e até chegou a comparecer a uma reunião de representantes de vários grupos feministas para exigir satisfações. As mulheres heterossexuais negaram que estivessem agindo com preconceito e a questão foi deixada de lado.

Representantes do grupo lésbico, que já começava a ser conhecido como “LF”, participaram das reuniões de preparação do Congresso, de dezembro 1979 até começo de fevereiro 1980. Durante essa época, elas ainda sentiam bastante insegurança e falavam pouco nas reuniões, dizendo preferir conquistar um espaço através de trabalho prestado. A postura que adotaram era de que eram lésbicas, nunca haviam trabalhado com outro grupo de mulheres e que estavam ali para aprender. Por causar menos controvérsia, elas usavam mais o nome Somos do que o Lésbico-feminista.

1 Para outra descrição detalhada deste evento. (PONTES, 1986, p. 59)

O II CMP, realizado no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nos dias 8 e 9 de março de 1980, foi uma experiência nova e bastante traumatizante, não só para as lésbicas, mas também para as outras feministas e os homossexuais masculinos que dele participaram.

O Somos não havia estado presente no I CMP, realizado no ano anterior, organizado por nove entidades e que, no seu auge, contara com aproximadamente 500 participantes. O II Congresso, refletindo o aumento do interesse despertado pelo movimento de mulheres, mostrou um crescimento gigantesco – teve três mil participantes – o que levou a uma alteração em sua composição e atuação. A coordenação para o congresso de 1980 passou a contar com a colaboração de 53 entidades, incluindo nove sindicatos e um grande número de “organizações fantasmas” que serviam como instrumento de manipulação partidária.

Organizações ligadas a partidos políticos inundaram o congresso com mulheres e seus filhos trazidos em ônibus dos bairros da periferia. As entidades feministas, que de fato haviam organizado o encontro, se acharam em posição minoritária. Assim, tiveram muita dificuldade em levar a diante as discussões que desejavam sobre problemas específicos da mulher, como, por exemplo, uma campanha pelo aborto. O tema do congresso: “Violência contra a mulher”, acabou sendo bastante escamoteado, em favor da tese de que a violência básica da sociedade era a da ditadura, exercida contra os homens e mulheres da classe operária. Setores do PMDB, identificados como integrantes do grupo MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro, chegaram mesmo a repudiar a existência do Congresso das Mulheres, por achá-lo divisionista na luta maior contra a ditadura. Levavam a palavra de ordem “Unidade”, e tanto fizeram para tumultuar o segundo dia de trabalho que conseguiram bloquear as discussões e dissolver o congresso. Este só viria a ser oficialmente encerrado alguns dias mais tarde, apenas com a presença das coordenadoras do evento. O clima das discussões era, portanto, bastante tenso, em meio a conchavos, manobras e palavras de ordem. Várias vezes, entidades contrárias a uma organização independente de mulheres adotaram a tática de tomar o tempo das discussões com longos discursos inflamados e demagógicos sem maior substância prática. A certa altura houve até

recurso à violência física, quando partidárias daquela facção do PMDB atacaram a mesa de trabalhos.

As representantes do Somos eram aproximadamente treze mas, sem nenhuma experiência de participação em reuniões como essa, tiveram dificuldades em se fazer ouvir e em expor suas reivindicações. No primeiro dia de debates, elas se reuniram em um só subgrupo de discussões, no qual formaram maioria. Mas, como haviam diversos grupos, seu efeito foi limitado. No segundo dia, elas mudaram de tática e se espalharam por mais grupos, procurando dar maior divulgação às suas ideias.

Apesar das frustrações, a experiência lhes foi muito proveitosa. Puderam entender melhor as formas de atuação de diversos grupos de esquerda, travaram um diálogo mais intenso com as feministas heterossexuais e tiveram um primeiro contato com donas de casa de periferia. Estas, embora escandalizadas pelas posições das lésbicas e sua ênfase na sexualidade feminina, ouviam suas colocações com “indignação controlada” – como disse uma das lésbicas participantes. Já as reações de agressividade quase histérica vinham de mulheres que falavam em nome de instituições que se diziam populares, como o PMDB e os sindicatos – apelidados por uma das lésbicas participantes de “cães de guarda do proletariado”.

Embora se tratasse de um Congresso de Mulheres, homens que estivessem dispostos a apoiá-lo foram convidados a ajudar a tomar conta das crianças nas creches especialmente montadas e a fazer outros serviços de infraestrutura. Além dessas atividades, eles puderam também participar de um grupo masculino de debates sobre a mulher. Apesar do relacionamento entre os homens e as mulheres do Somos estar um tanto abalado, na época, devido à tendência cada vez mais autonomista das lésbicas, que criticavam o que diziam ser o comportamento machista dos homens homossexuais, vários destes participaram do congresso. Como eram relativamente poucos os homens heterossexuais presentes, os homossexuais formaram uma parcela relativamente considerável do grupo de discussões masculinas e foram os principais responsáveis pelo teor bastante feminista dessas discussões, retomado no documento final elaborado por esse grupo masculino. De fato, muitas das feministas afirmaram depois que esse

documento era o mais progressista a sair da reunião, pois falava da necessidade de se lutar pela legalização do aborto, do direito da mulher à satisfação sexual, incluindo a homossexual, da divisão do trabalho doméstico, das lutas por salário igual, por trabalho igual, por creches, lavanderias coletivas e participação da mulher na vida política.

João Silvério Trevisan, escrevendo sobre esse congresso para o *Lampião*, expressou os sentimentos de grande parte dos integrantes do Somos que haviam participado dele:

Se teve lances amargos, foi por isso mesmo que o Congresso acabou sendo um marco importante para as mulheres. As feministas, negras, lésbicas (e eu incluiria as bichas) puderam sedimentar uma ideia que germinava com alguma timidez: nossas lutas são autônomas e serão empreendidas em paridade, sem abrir mão daquilo que nós achamos que é bom para nós e sem subserviência a uma suposta luta maior, prioritária. Nós proclamamos o que parece prioritário para nós. Graças a esse Congresso, também já podemos ter uma prévia do que nos espera: fatalmente o sistema estará tentando cada vez mais recuperar (ou digerir ou absorver) estas nossas formas alternativas de práxis política, para seu próprio usufruto. E Sistema é tudo o que foi institucionalizado, seja à direita ou à esquerda - porque a esquerda já está gozando de sua parcela de poder, dentro das estruturas atuais.²

É importante ressaltar o impacto dessas colocações de Trevisan, dada a influência que o *Lampião* exercia naquela época sobre as ideias dos homossexuais no país inteiro. Os grupos homossexuais que haviam participado do Congresso também produziram um documento, reiterando seu apoio à luta específica das mulheres contra a discriminação sexual e a dupla jornada de trabalho, em defesa da equiparação salarial, da criação de creches, da legalização do aborto gratuito e do direito à sua utilização. Também repudiaram a interferência dos partidos políticos no congresso, acusando-os de tentarem “esvaziar o conteúdo da luta específica das mulheres” escamoteando a discussão de temas como: o machismo, a questão lésbica, as opressões sofridas

2 *Lampião*, p. 7, abr. 1980.

pelas mulheres negras, pelas presas comuns, pelas prostitutas e a necessidade da legalização do aborto.

No final desse congresso, estava armado o cenário que iria levar a dois acontecimentos traumatizantes no movimento homossexual de São Paulo: o desligamento formal e final do LF do Somos e o racha entre os homens do grupo. Antes, porém, ocorreu o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), no qual as integrantes do LF tiveram atuação destacada e a discussão de temas ligados à homossexualidade feminina foi considerada muito importante, atraindo um grande número de interessados.

As discussões do EGHO também se dirigiram à questão da diferença numérica entre homens e mulheres nos grupos homossexuais e, neste ponto, foram revelados interessantes detalhes sobre a composição numérica dos diversos grupos: Auê-RJ, 35 homens e 5 mulheres, Somos-RJ, 60 homens e 8 mulheres, Somos-SP, 80 homens e Ação Lésbica Feminista – o único a ser um grupo exclusivamente composto por mulheres com 20 componentes – Eros-SP, 5 mulheres e 11 homens, Fração Gay da Convergência Socialista, 7 homens e 3 mulheres, Beijo Livre-Brasília, sem nenhuma mulher.

Como tônica principal desses debates, ficou confirmada a ideia de que a lésbica era “duplamente discriminada”, enquanto mulher e enquanto homossexual, e que a solução para ela “não é o gueto, nem a clandestinidade, mas a organização através da criação de um movimento transformador e libertário”.

Além da atuação marcante durante os debates sobre as questões lésbicas, as integrantes do LF também tiveram uma participação de destaque na comissão de segurança, constituída para impedir a entrada de participantes não inscritos, na parte fechada ao público, e dos meios de comunicação, na parte aberta. Distribuíram também um histórico do seu grupo com uma lista das suas atividades, assim como indicações sobre as maneiras de se começar um grupo feminista, discussões sobre alguns temas polêmicos, propostas de temário para grupos de reconhecimento de mulheres, um manifesto sobre mulheres violentadas, documentação sobre o II Congresso da Mulher Paulista e uma bibliografia feminista. Além disso, distribuíram também um panfleto em que declaravam sua disponibilidade para trabalhar com

todas as mulheres organizadas em grupos homossexuais ou interessadas nas questões, buscando unificar, “visando, posteriormente, a massificação” do movimento, bem como se solidarizando com os demais contingentes oprimidos e discriminados da nossa sociedade”.

As comemorações do 19 de maio e o “racha”

Como já vimos, uma das discussões mais polêmicas do Encontro foi sobre a participação dos homossexuais nas comemorações sindicais de 19 de maio de 1980. Essa questão polarizava violentamente os adeptos das ideias “anarquistas/autonomistas” de um lado, e os simpatizantes do marxismo, do outro. As integrantes do LF optaram por seguir as resoluções da coordenadoria do II Congresso da Mulher Paulista, favorável ao comparecimento das feministas às comemorações. As integrantes do LF começaram, assim, a manipular a sua dupla identidade (mulheres e homossexuais) inaugurando uma estratégia que seria repetida em outras ocasiões. Mais do que se sentir “obrigadas” por compromissos assumidos com as feministas, possivelmente a motivação de algumas líderes do LF fosse relacionada à política interna do Somos e até à convicção de que os homossexuais deveriam mesmo ir às comemorações operárias. Posteriormente, algumas delas reconheceram que invocar um compromisso com as outras feministas fora um pretexto convincente, pois, como mulheres assalariadas, achavam que tinham a obrigação de participar. Mas esse sentimento não foi unânime. Muitas expressaram grande receio da repressão física que poderia vir, tanto das forças policiais, como de “machões” operários indignados com seu lesbianismo declarado. Esse temor de uma possível repressão vindo da parte de trabalhadores machistas também foi manifestado por um grande número de homens homossexuais.

Até a véspera do 19 de maio, as integrantes do LF não haviam realmente decidido se participariam ou não, temerosas de violência, por parte da polícia e de trabalhadores. O que as levou, finalmente, a comparecer foram algumas iniciativas individuais, como a chegada, na manhã de 19 de maio, de uma delas na casa onde estavam dormindo várias integrantes do grupo. Ela estava determinada a ir e foi chamar

as amigas que estavam quase desistindo da ideia. O seu entusiasmo serviu para despertar o ânimo das outras e logo todas se dirigiram para São Bernardo. Ao chegarem lá, encontraram-se como outras que, espontaneamente, também haviam resolvido comparecer. Longe de sofrer a repressão que esperavam, elas não foram molestadas nem pela polícia e nem pelos outros participantes da manifestação. Muito pelo contrário, foram ovacionadas quando entraram no estádio junto com os homens homossexuais, portando uma faixa que dizia: “Comissão de Homossexuais pró-19 de maio”.

A experiência foi muito encorajadora, mas consequências desagradáveis não tardaram a vir. Durante algumas semanas, o grupo ficou seriamente abalado com o aparecimento de uma divisão irreconciliável entre duas facções masculinas: os que foram ou apoiaram o comparecimento à Vila Euclides e os que foram a um piquenique que havia sido organizado como evento alternativo. Houve duas reuniões gerais convocadas para “lavar a roupa suja” do grupo, às quais as mulheres compareceram e nas quais elas foram acusadas, por alguns homens, de estar compactuando com a infiltração do grupo pela Convergência Socialista. Os ânimos estavam exaltadíssimos durante esses dias e era difícil se formar uma ideia clara sobre o que estava acontecendo de fato. As integrantes do LF, que já estavam distanciadas das discussões e atividades dos homens há algum tempo, começaram a declarar que o clima tornava impossível qualquer trabalho com eles.

Houve uma reunião do LF, chamada para decidir sobre a posição do grupo a ser adotada na reunião geral do Somos, marcada para o dia 17 de maio. Todas as integrantes do LF, menos duas, participaram dessa reunião preparatória na qual, mais uma vez, discutiu-se se valeria ou não a pena às lésbicas continuarem como uma facção dentro do Somos. Todas apresentaram suas posições e a decisão foi unânime contra a permanência.

No dia da reunião geral do Somos, tanto as mulheres, quanto os homens foram surpreendidos pelo manifesto lido no início, no qual o grupo que denunciava a atuação de elementos ligados à Convergência Socialista, criticando também a participação dos homossexuais no ato público de Vila Euclides, anunciava o seu desligamento do Somos.

A posição das integrantes do LF era diferente desta; elas desejavam sair principalmente por acharem impossível um grupo feminista coexistir com homens, mesmo que homossexuais. Mas, ao contrário dos integrantes do outro grupo, não desejavam deixar o Somos de uma forma agressiva e não cultivavam desavenças pessoais com nenhum dos homens. Algumas delas até expressaram uma preocupação com a coincidência das defecções do grupo, temendo que isso pudesse levar alguns a confundir os diferentes motivos dos dois grupos.

Porém, os ânimos continuaram exaltados e vários homens, de ambos os lados do “racha”, se sentiram traídos pelas mulheres que diziam não querer continuar participando do que consideravam ser uma briga de homens. A onda de sentimento contra a Convergência Socialista que se difundia dentro do Movimento Homossexual também achou terreno fértil no LF, em que algumas mulheres foram acusadas de “pensamento convergente” ou de serem antifeministas. Certas disputas internas, centradas em torno do problema de liderança, também se acirraram, ajudando a criar um clima que alguns meses depois levou à nova divisão.

Ideias e propostas do LF

Tanto o grupo Somos quanto o LF não tinham uma visão de mundo estruturada. Suas propostas, muitas vezes, tinham um ar improvisado, mas, atrás de suas manifestações, faladas ou escritas, existia um certo corpo de ideias, cuja expressão ocorria de uma forma que parecia mais emotiva do que articulada segundo uma lógica consistente. No LF, como no Somos, eram raros os debates formais. Poucas pessoas tinham experiências das regras de encaminhamento das discussões públicas, que eram geralmente vistas com muita desconfiança, como facilitadoras das “táticas manobristas” atribuídas à política tradicional. Nas discussões, a linguagem usada era outra e o tom era mais o de uma conversa informal entre amigos, na qual não se esperava que os participantes fizessem propostas completas, totalmente pensadas e bem formuladas. Às vezes uma colocação podia tomar a forma de uma simples explosão emocional, uma interjeição jocosa, ou um simples olhar. Esse estilo talvez deva

sua origem ao fato de mulheres e homossexuais serem então muito marginalizados nos grupos políticos, estudantis, sindicalistas, etc., em que tinham a palavra habitualmente negada e desvalorizada. Portanto, faltava-lhes experiência de falar em público e, em muitos casos, vinham a fazê-lo pela primeira vez dentro de um grupo homossexual. Mas, se não tinham o hábito, também escapavam de muitos vícios de debates políticos e, pelos menos em discussões intragrupais, seus pronunciamentos tinham frequentemente um tom de maior espontaneidade e sinceridade.

Mas, além dessas dificuldades de formalização de princípios do grupo, devidas à inexperiência política e à juventude de seus membros – na época do “racha” a grande maioria das integrantes do LF tinham entre 20 e 25 anos –, o grupo também se tornava mais heterogêneo. Originalmente, o grupo era predominantemente formado por mulheres de classe média, de uma forma ou outra identificadas com a cultura universitária, mas, aos poucos, começaram a surgir integrantes vindas do gueto e de classes mais baixas. Neste momento, além de ser policlassista, o grupo era também multirracial e suas integrantes eram provenientes de várias regiões do país.

Uma das principais funções que esse grupo preenchia para as suas integrantes era a de ser uma alternativa para o gueto. O mundo lésbico de São Paulo era mais restrito que o dos homossexuais masculinos e as opções de comportamento e identidade oferecidas eram muito mais limitadas. As lésbicas tendiam a “se assumir” menos que os homossexuais masculinos e a maioria pareciam viver na “clandestinidade”, condição que, na visão corrente no LF, era extremamente prejudicial à autoestima e ao desenvolvimento pessoal. Ao mesmo tempo, o gueto lésbico, centrado principalmente em volta do restaurante “Ferro’s Bar”, no viaduto Martinho Prado, mas incluindo também outros bares e discotecas no centro da cidade, era também considerado bastante opressivo.

Talvez a contribuição mais importante do LF para a criação de uma nova identidade lésbica na época e o maior foco de sua crítica ao gueto estivessem no campo dos papéis sexuais. O grupo se posicionava firmemente contra o costume do gueto de rotular as lésbicas de maneira rigorosa e definitiva como “lady” ou “fanchona” – existiam

vários outros termos de uso comum com o mesmo sentido. A primeira seria a parceira “mulher” ou “passiva” e a segunda seria o “macho” ou “ativo”. Lésbicas que aceitavam a estereotipação de “fanchonas” muitas vezes transformavam-se em caricaturas de homens, adotando um modo de vestir, andar e falar masculinizado. Os valores geralmente imperantes entre elas eram de um machismo exacerbado, sendo frequentes as brigas violentas entre fanchonas, por exemplo, porque uma teria tentado “roubar” a mulher da outra.

Dentro desse ambiente, o aparecimento de um grupo de lésbicas que assumia posturas feministas, criticando o machismo e recusando rótulos de “lady” ou “fanchona”, causava muita estranheza. Elas também destoavam das mulheres do gueto quanto à sua atitude em relação à questão da monogamia. Embora muitas mulheres ingressassem no LF com “casos fechados” – relacionamentos sexuais monogâmicos, depois de certa convivência com o grupo, acabavam “abrindo” a relação, em favor de um relacionamento menos voltado para uma só pessoa.

Embora não pareça ter havido pressão consciente por parte do grupo para essa abertura dos casos, a sua prática tendia a promover isso. As reuniões de “reconhecimento” e muitas das discussões informais entre membros do grupo levavam a um grande desnudamento da vida íntima e afetiva das integrantes. Assuntos que normalmente só seriam abordados em conversas entre amantes ou amigas muito íntimas passavam a ser tratados com todas as integrantes do grupo. Isso potencializava o grau de intimidade e afetividade dentro do LF, que passava a ter muito da função de apoio, antes exclusividade do “caso”. Por outro lado, a influência do contato com os homossexuais masculinos – tradicionalmente mais promíscuos que as lésbicas – também levou a um questionamento consciente da monogamia e até à proposta de sexo grupal. Isso realmente era demais para as mulheres do gueto, que já se escandalizavam com o hábito, comum no Movimento Homossexual, dos militantes se beijarem na boca ao se encontrarem ou ao se despedirem. Por isso, no gueto, as integrantes do LF eram frequentemente consideradas como “galinhas”.

Talvez o fato mais representativo do desejo das militantes do LF de produzirem uma nova identidade sexual fosse a ênfase dada por elas à palavra “lésbica”. Embora esse termo fosse de uso corriqueiro

nas ciências sociais, no jornalismo e entre pessoas heterossexuais, no gueto lésbico, ele era visto como altamente ofensivo, sendo preferidos os termos “fanchona”, “sapatão”, “boy”, “entendida”, etc. Quando o Somos discutiu o “esvaziamento” da palavra “bicha”, as mulheres propuseram em contrapartida que o mesmo fosse feito com “lésbica”, que era como elas se autodenominavam. Tal proposta sempre provocava reações adversas por parte das frequentadoras do gueto, o que levou o LF a distribuir o seguinte panfleto:

Homossexual. Mas pode me chamar de lésbica.

E por que não? Procure em qualquer dicionário e você verá que a palavra lésbica tem, por definição ‘mulher homossexual’. Alguma ofensa nisso? Nenhuma, mas essa sempre foi usada com o intuito de ferir por uma sociedade heterossexual que não admite que ninguém saia dos padrões que ela considera ‘normais e aceitáveis’.

Além de não ser nada ofensivo em si, a palavra lésbica tem uma origem muito bonita, que remonta aos tempos da antiga Grécia, à ilha de Lesbos, onde a poetisa Safo viveu e cantou a beleza do amor entre as mulheres.

Se você transportar essa palavra para o seu dia-a-dia, ela vai perder gradualmente essa capacidade de ferir, você está desarmando o inimigo. Esse é justamente um dos trabalhos do ‘LF’, esvaziar a conotação pejorativa, ofensiva, que a palavra lésbica carrega, mostrando que ela não precisa estar necessariamente associada a uma agressão.

Grupo de Ação Lésbica-Feminista - Caixa Postal 293-SP

Esse texto nos remete à dificuldade generalizada que as integrantes do LF diziam ter em falar a linguagem do gueto e em se aproximar de suas frequentadoras. Entre estas e o LF, existia inicialmente uma diferença de classe, já que as mulheres do gueto eram, em geral, de um nível socioeconômico mais baixo. Apesar das diferenças, essa área de atuação era considerada da maior importância e tentativas constantes eram feitas para alcançá-la. Alguns exemplos podem ser citados. Quando as então integrantes do Somos escreveram um artigo sobre lésbicas para o Lampião, elas dedicaram uma grande parte do seu tempo para a venda do jornal no Ferro’s bar e adjacências. Quando houve o forte esvaziamento do grupo, no final de 1979, as quatro

que restaram fizeram um questionário para ser distribuído no gueto. Algum tempo depois, elas passaram várias semanas organizando sessões de bingo na discoteca predominantemente lésbica “Mistura Fina”, aos domingos à tarde. Esse bingo era visto como tendo duas finalidades: a de ajudar a arrecadar dinheiro para pagar o aluguel da sede do grupo e a de travar contato e tentar influenciar, de alguma forma, as frequentadoras do gueto. Os prêmios oferecidos eram livros e discos feministas e a programação musical incluía muita música brasileira. Também houve uma participação do LF em algumas atividades noturnas do “Mistura Fina” e várias festas do grupo foram realizadas naquele local. Durante algumas dessas festas, que contavam também com a participação dos frequentadores habituais da casa, foi mostrado um audiovisual, montado pelo grupo, contando a sua história e as suas intenções. Mas, mesmo com essa programação, que as lésbicas do gueto parecem ter achado um tanto amadora, o LF não conseguiu mobilizar mais maciçamente o gueto e acabou resolvendo abandonar o trabalho na discoteca.

Outra dificuldade que apareceu era relacionada à natureza diversa dos objetivos da dona do “Mistura Fina” e das militantes do LF. A primeira visava primordialmente o lucro e, para isso, tinha que manter boas relações com as autoridades policiais e políticas. As militantes, porém, se colocavam em oposição a vários aspectos da ordem estabelecida apoiado por ela. Um dos pontos de atrito parece ter sido o uso da palavra “lésbica”, que ela, como outras frequentadoras do gueto, achava “feia”. Consequentemente os convites para as festas no “Mistura Fina” falavam só do grupo “L Feminista”.

De certa forma, o grupo acabou se tornando um “gueto dentro do gueto” e suas integrantes, além de compartilharem uma série de ideias e atitudes sobre o lesbianismo, também passaram a constituir um grupo social mais ou menos fechado. Elas se frequentavam assiduamente, saindo sempre juntas e desenvolvendo relações amorosas dentro do grupo. O apartamento de uma delas, por ser localizado perto do centro e por ser bastante grande, acabou virando uma espécie de “pensão LF”, até que sua dona, depois de muitas importunações por parte dos vizinhos, resolveu se mudar e restringir o uso de sua nova residência.

Era em volta da “luta contra o machismo” que parecia haver maior possibilidade de unanimidade dentro do grupo. Foi esta a primeira bandeira que as mulheres levantaram em suas disputas com os homens do Somos e era nessa questão que elas mais se aproximavam das feministas heterossexuais. Um dos problemas dessa discussão parecia ser a falta de precisão do termo “machista” que, embora geralmente usado em referência à opressão direta da mulher por parte do homem, pode ser extrapolado para cobrir uma grande variedade de relacionamentos envolvendo dominação/submissão.

Durante a época da crise, em meados de 1979, falou-se muito em “machismo” dentro do Somos, mas, dada a falta de precisão do termo e a falta de uma postura de autocrítica real e profunda da parte dos integrantes do grupo, o termo ficou bastante desgastado. Mas vale apenas examinar algumas das maneiras em que o problema foi abordado.

Como já vimos, a primeira denúncia de “machismo” no Somos feita pelas mulheres foi a respeito da linguagem comumente usada no grupo. Além das mulheres do grupo serem englobadas nas categorias “bichas” – elas exigiram que se dissesse “bichas e lésbicas” –, havia referência, geralmente cômica, às “rachadas”. Este termo é de uso comum no gueto homossexual masculino e sua carga de misoginia é transparente, dando a entender que as mulheres seriam defeituosas de alguma forma.

O uso daquela expressão era intolerável para as mulheres e foi objeto de uma campanha explícita. Mas, devido à rotatividade constante dos participantes do Somos, essa campanha tinha que ser constante, o que as mulheres consideravam altamente desgastante. Tentavam, também em vão, evitar que os homens referissem a si no feminino e as mulheres costumavam fazer as concordâncias gramaticais com a palavra “bicha” no masculino – por exemplo, “o bicha burro” em vez de “a bicha burra”. Também procuravam combater o uso pejorativo da expressão “puta”. Essas tentativas não prosperaram entre os homens, mas as integrantes do LF continuaram a chamar a atenção, uma das outras, cada vez que usavam termos tidos como “machistas”. Quanto ao uso de palavras em geral, haviam duas posições: uma era totalmente contra qualquer expressão desse tipo, dizendo que seu emprego era um hábito masculino falocêntrico, não havendo razão

para mulheres fazê-lo. Outra corrente não era contra o uso de palavras fortes, contanto que devidamente adaptadas ao uso por mulheres, – por exemplo, em vez de dizer “estou de saco cheio” falaria-se “meus ovários estão saturados”. Porém o hábito de usar palavrões, firmemente enraizado em toda a juventude de São Paulo, logo se mostrou impossível de eliminar. Em geral, essas tentativas de mudança linguística eram vistas com antipatia e como sinal de falta de senso de humor, acabando por serem abandonadas.

Outras supostas manifestações de “machismo” eram também detectadas. Às vezes essa expressão tornava-se quase sinônimo de “autoritarismo”. Assim, o hábito de levantar a voz durante discussões, usar formas dissimuladas para conseguir certos objetivos, “manobrismo”, monopolizar posições de poder, “cupulismo”, não concordar com as reivindicações de autonomia das mulheres, tentar controlar a vida de um parceiro sexual, demonstrar ciúmes, e usar a força física para resolver discussões, eram todos rotulados de “machismo”.

A atuação de elementos, ligados à Convergência Socialista, em relação ao LF foi vista por algumas das suas militantes como “machista”, no sentido de não colocar suas intenções claramente, de conquistar a afetividade das pessoas para fins estritamente políticos e esconder, atrás de uma aparente abertura para o diálogo, o propósito inabalável de levar adiante resoluções já discutidas e decididas dentro daquela organização.

A discussão a respeito da atuação da Convergência Socialista foi bastante intensa dentro do LF, a partir da época do I EGHO e do racha do Somos. Embora se posicionando de forma menos radical contra a CS e outros grupos socialistas do que os homens que saíram para formar o novo grupo homossexual, Outra Coisa, muitas das lésbicas – nem todas, pois uma ou duas militavam na Convergência Socialista – ficaram ressentidas com aquele grupo político. Em geral, corria um temor, dentro do LF, de que pessoas de ideologia socialista tentassem diluir as lutas especificamente lésbicas e feministas na “luta geral”, ou seja, que a luta antimachista fosse reduzida à luta de classes. Isso não quer dizer que as integrantes do LF se vissem como antissocialistas e a favor do regime então vigente. A sua participação, por exemplo, no ato público de 19 de Maio em Vila Euclides, mostrou isso. Simplesmente,

achavam que também existia uma luta feminista que a esquerda no momento não comportava. Algumas – mas não todas – achavam que, do mesmo modo como a esquerda procurava se infiltrar no movimento feminista, também as feministas deveriam procurar se infiltrar na esquerda. Uma delas dizia que não era contra algumas mulheres do LF fazerem curso de marxismo na Convergência Socialista, mas que era contra “se dar curso de marxismo no LF”.

Como já se constatou, o LF era sujeito a grandes variações no número de suas integrantes. No período imediatamente após a divisão do Somos, o grupo contava com entre dez e vinte e três integrantes. Suas reuniões, frequentadas normalmente por uma média de 15 participantes, aconteciam duas vezes por semana, na sede do grupo localizada em Vila Madalena. Essa, usada em dias alternados pelo LF e pelo grupo feminista Brasil-Mulher, consistia em uma sala, um banheiro e uma cozinha. As reuniões se davam com as participantes sentadas em círculo e muitas vezes terminavam com o grupo todo saindo para jantar, geralmente no “Ferro’s Bar”. Apesar de mudanças que ocorreram depois, como a saída de muitas fundadoras do grupo, a entrada de novas integrantes e a transferência da sede para uma sala na Rua Aurora, no centro da cidade, este padrão tendia a se manter.

O financiamento do aluguel da sede sempre foi problemático e eram muitos os expedientes usados para arrecadar o dinheiro necessário. Organizavam-se festas, bingos e churrascos, mas o lucro proporcionado frequentemente não era suficiente e, em última instância, algumas militantes, em melhores condições financeiras, acabavam ajudando a pagar o aluguel com seu próprio dinheiro. Porém, como se pode imaginar, isto era causa de muitos problemas, pois, em um grupo em que todas deveriam ser iguais, a contribuição desproporcional de algumas inevitavelmente introduzia um elemento de desigualdade de poder. Além do aluguel, outra despesa grande era a edição esporádica do jornal *Chanacomchana*, no qual eram publicadas notícias e entrevistas relacionadas com o lesbianismo. Também neste caso, quando o dinheiro proveniente da vendagem não era suficiente, algumas integrantes cobriam a diferença do seu próprio bolso.

Depois de sua saída do Somos, as integrantes do LF foram muito criticadas pelos homens dos dois outros grupos resultantes da divisão.

Alguns, que permaneceram no Somos e que priorizavam a unidade do movimento homossexual, criticavam-nas por terem saído do grupo e de lhes ter tirado a possibilidade de aprender mais sobre o seu machismo individual e grupal. Ao mesmo tempo, integrantes do grupo dissidente Outra Coisa as recriminavam por não terem se juntado a eles na acusação de que o Somos estaria dominado por elementos ligados à Convergência Socialista e outros grupos trotskistas ou socialistas. Tanto os membros do Somos quanto do Outra Coisa também as acusavam de darem mais prioridade ao feminismo do que à militância estritamente homossexual. Isso elas negavam e, como tentativa de esclarecimento de sua posição, mandaram um comunicado ao jornal *Lampião* em que enfatizavam a sua posição enquanto grupo homossexual e até principiavam a reconhecer a heterogeneidade no seio do seu grupo.

[...] não cabíamos no Somos enquanto mulheres, já que, como explicado anteriormente em nossa carta, temos que nos organizar separadamente para atender às nossas especificidades, o que não era absolutamente o caso das bichas. O que fizemos foi apenas tomar pública uma situação que já havia de fato: a nossa independência.

Isso não significa, porém, que estamos fora do movimento ou que agora sejamos apenas um grupo feminista. Ao efetuarmos um trabalho junto às feministas estamos buscando atender a outra faceta prioritária de nosso movimento, uma vez que somos um grupo de mulheres. Buscamos, também, ampliar o universo de atuação dos grupos homossexuais, através deste novo espaço conquistado.

Em suma, trouxemos para o movimento homossexual o cunho revolucionário do movimento feminista - a busca de uma nova práxis transformadora da realidade social. Queremos frisar que continuamos a ser um grupo lésbico e que o feminismo apenas nos acrescentou novas frentes de luta.

Completamos um ano de vida duas semanas depois da separação com o Somos/SP e, olhando para trás, nos defrontamos com a necessidade de uma avaliação crítica de nosso histórico. Enquanto estivemos ilhadas num grupo masculino, nossas atenções foram repartidas em função do inimigo comum: o machismo. Com nossa autonomia, concomitante ao crescimento do grupo, as diferenças entre nós se acirraram, já que passamos a nos preocupar com uma série de diferenças que antes não tínhamos nem condições de aprofundar.

Então, se por um lado a autonomia nos deu maior liberdade de atuação e profundidade, por outro, também, aumentou a responsabilidade de nos reconhecermos e de convivermos com uma série de divergências nunca afloradas, por falta, inclusive, de um espaço específico [...]³

O GALF e o Movimento Feminista

Como foi dito anteriormente, os contatos do LF com outros grupos feministas só começaram por ocasião da preparação do II CMP e foi a partir deste contato que elas aprofundaram mais seu conhecimento da teoria feminista. Apesar de uma resistência inicial, por parte das heterossexuais, depois de algum tempo, as desconfianças foram, em boa parte, superadas e as lésbicas aceitas em pé de igualdade com as outras mulheres. Isto não significa que não tenham surgido desavenças ocasionais entre o LF e outros grupos feministas, mas este tipo de discordância intergrupar também é comum entre as entidades feministas predominantemente heterossexuais. Dentro do movimento feminista, a certa altura passou a ser senso comum considerar que, enquanto as heterossexuais tinham muito a ensinar para as lésbicas em relação à teoria política, estas tinham uma grande contribuição a dar, no sentido de ressaltar a importância da sexualidade feminina. Um indício que foi considerado importante da integração do LF dentro do movimento feminista foi o fato das lésbicas virem a dividir a sede, durante vários meses, com o grupo Brasil-Mulher, antes um dos maiores opositores à participação do LF no II CMP.

Porém, mesmo com a aceitação, por parte das feministas em geral, do lesbianismo como manifestação válida da sexualidade feminina, continuava a existir uma série de problemas entre as lésbicas e as militantes heterossexuais. Um dos principais focos de desentendimento era o fato de que muitos dos esforços das feministas eram voltados para a promoção de mudanças nas relações entre homens e mulheres, enquanto as lésbicas simplesmente buscavam evitar tais relações. Para as homossexuais, questões como a legalização do aborto, o compartilhamento das tarefas domésticas com o marido, a questão

3 Lampião, p. 5, ago. 1980.

do divórcio, etc., não pareciam diretamente relevantes. Além disso, muitas vezes, os grupos feministas procuravam apoio em outras instituições sociais, como a Igreja ou partidos políticos, nos quais a homossexualidade era vista com reprovação. Gerava-se, dessa forma, uma certa má vontade para com a questão lésbica, por causa de suas implicações embaraçosas na política geral.

Dessa forma, as lésbicas militantes frequentemente se encontravam mais ou menos isoladas num ponto de intersecção entre o movimento homossexual e o feminista. A ambiguidade dessa situação era frequentemente manipulada segundo as conveniências políticas e ora elas se declaravam feministas, ora homossexuais. Mas a especificidade lésbica era continuamente lembrada sob a alegação de uma “dupla opressão”.⁴ Essa tática voltou a se tornar evidente numa nova divisão sofrida pelo GALF alguns meses após o “racha” do Somos, conforme veremos a seguir. A aproximação com os outros grupos feministas, que já começara a se delinear durante os preparativos do II Congresso da Mulher Paulista, tornou-se mais efetiva ainda com a participação do LF no Comitê de Defesa das Prostitutas. Esta era uma “frente intergruppal”, formada inicialmente para dar apoio a um movimento de prostitutas, com o objetivo de denunciar uma série de violências e arbitrariedades contra elas, perpetradas tanto pelos clientes quanto pelos policiais. A adesão desse comitê à campanha orquestrada pelos grupos homossexuais contra o Delegado Dr. Wilson Richetti e sua “operação limpeza” serviu para selar uma aliança entre as feministas heterossexuais e as lésbicas.

Pouco depois, nos dias 21 e 22 de junho de 1980, realizou-se um encontro feminista num convento nos arredores de Valinhos, onde foram discutidas as tentativas de cooptação do movimento de mulheres por parte dos grupos de militância político-partidário e onde se procurou delinear as especificidades do feminismo.⁵ Nessa ocasião, integrantes do GALF – como o LF passara a se chamar após romper com o Somos – tiveram uma atuação importante, especialmente nas

4 Ressaltando essa identidade especial, enfatiza-se muito a denominação “lésbica”. Embora o termo “homossexual feminina” seja considerado aceitável, devido à sua conotação de neutralidade científica, evita-se o uso do termo “gay” para mulheres.

5 Sobre o encontro de Valinhos, ver .(PONTES, 1986, p. 62-68).

discussões sobre sexualidade feminina, sobre a qual há muito vinham pensando. Sua presença, enquanto lésbicas assumidas, serviu também para enfatizar o clima de sedução e erotismo entre as participantes e apresentar a homossexualidade como mais uma possibilidade de liberação e gratificação acessível a qualquer mulher.

Um dos principais resultados desse encontro foi a criação de uma Comissão de Luta Contra a Violência Sofrida Pelas Mulheres com representantes de todos os grupos feministas, incluindo o GALF. Logo, essa comissão veio a se constituir como uma entidade autônoma, adotando o nome de SOS Mulher – SP. Durante o seu período de consolidação, essa nova entidade passou a ser o palco de discussões radicais sobre a situação da mulher e as formas de luta que lhe eram possíveis e desejáveis.

Inicialmente, as integrantes do GALF assumiram uma postura marginal diante das outras feministas. Suas intervenções eram caracterizadas por uma ambiguidade decorrente de se posicionarem ora a favor da dissolução da entidade lésbica no interior do trabalho feministas realizado pelo SOS, ora em defesa da especificidade da militância lésbica. Essa questão, colocada de forma nebulosa no princípio, acabou por adquirir contornos mais definidos, quando duas das mais influentes militantes do GALF, Z. e L., romperam o caso que tinham desde os primórdios do Somos. L. passou a namorar M., outra integrante do grupo, formando-se, então, um triângulo amoroso, cujas tensões não só contribuíram para uma ruptura do GALF, como serviram para chamar atenção de todas as participantes do SOS-Mulher para a possibilidade delas também aderirem ao lesbianismo.

Ao relatar essa nova dissensão, Pontes destaca a maneira como o posicionamento teórico e as relações pessoais intragrupais se influenciam mutuamente e como isso pode se dar de forma explícita, sob o lema “O pessoal é político” partilhado tanto pelos militantes homossexuais quanto pelas feministas. A antropóloga mostra como surgiram novas dissidências e alianças em torno de Z. e de M., no qual desavenças sentimentais apareciam revestidas de concepções políticas distintas, relativas a diferentes formas de conceber orientações sexuais.

Z. e suas aliadas retiraram-se do GALF e passaram a negar a identidade lésbica, enquanto identidade política. Ao privilegiar a identidade feminista, argumentavam ser sua prática lésbica uma particularidade

a mais de suas vidas e não a marca identificadora de sua identidade. Esta derivaria, sobre tudo, de sua condição estrutural de subalternidade, resultado delas serem mulheres numa sociedade patriarcalista. Para elas, o SOS não tolhia suas relações sexuais ou afetivas e lhes parecia fazer mais sentido permanecer naquele grupo, em que poderiam militar ao lado de um espectro mais amplo de mulheres.

M. e suas simpatizantes, por outro lado, optaram por continuar a usar o nome GALF e a se desvincularem do SOS. Para elas, o lesbianismo deveria ser encarado como uma questão de identidade social e política; não como simples prática sexual. Achavam que o lesbianismo precisava ser “assumido”, por todas que a praticavam, não se podendo simplesmente subsumir a luta homossexual na feminista (PONTES, 1986, p. 118).

Levando-se em conta as divisões internas do LF quando ainda integrava o Somos e as acusações de “cupulismo”, então correntes contra algumas das protagonistas dessa nova cisão, as similaridades entre esse episódio e o “racha” daquele grupo ajudam mais uma vez a refutar a visão simplista que procura entender aquele incidente somente a partir de diferenças nas concepções sobre o grau de autonomia necessário ao movimento homossexual.

Adé-Dudu – O combate ao machismo entre os negros e ao racismo entre os homossexuais⁶

Homossexuais sempre tiveram uma atuação importante dentro das entidades negras de cunho religioso, artístico e cultural. Fry (1982), por exemplo, discute a grande proporção de homossexuais entre fiéis e sacerdotes dos cultos afro-brasileiros, especialmente no norte e no nordeste do país. Nesse meio, o homossexual, chamado de adé, tem um lugar definido no sistema classificatório vigente, ao qual correspondem direitos e deveres. São inúmeros os casos

6 As informações contidas aqui sobre a atuação do Grupo Adé Dudu são, em grande parte, baseadas no trabalho de Wilson Santos: “A participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro”, distribuído em xerox pelo grupo Adé-Dudu no ano de 1984. Lembra-se que as ideias e atitudes, atribuídas aqui a militantes negros, se referem a um período no início da década de 1980 e não correspondem necessariamente ao tempo da atual edição deste livro.

de pai de santo que vivem abertamente a sua homossexualidade e é nos terreiros que esta manifestação sexual goza do seu maior prestígio dentro da comunidade negra. Em outras entidades negras mais voltadas ao lazer e à cultura, tais como as escolas de samba do Rio de Janeiro ou os afoxés e blocos em Salvador, por exemplo, também se encontram muitos homossexuais “assumidos”, geralmente envolvidos, juntamente com as mulheres, nas atividades de apoio, tais como a confecção de fantasias, adereços, alegorias, etc. Porém, as tarefas de direção e representação das escolas ficam a cargo dos presidentes e demais diretores, identificados como “machos”.

Homossexuais podem também ser encontrados nas organizações negras de cunho mais político-reivindicatório, embora lá seja menos comum uma postura “assumida”, e o preconceito anti-homossexual seja frequentemente expressado usando-se termos como “vergonha da raça”. É também corrente entre militantes negros a ideia de que a homossexualidade seria um “vício de branco”, originalmente desconhecido na África. De acordo com essa visão, adotar um comportamento homossexual seria equivalente a ser “negro de alma branca”. Curiosamente, essa postura preconceituosa parece mais arraigada entre os militantes políticos do que entre a “massa”, segundo nos relata um documento produzido pelo grupo baiano de negros homossexuais Adé-Dudu:

Quando se afirma que a comunidade negra não está preparada para discussões desse tipo, tem-se observado que este despreparo está principalmente nos militantes, na vanguarda, pois o relacionamento que o nosso grupo tem tido com os militantes de vanguarda sempre foi mais difícil do que com os negros menos politizados ou menos intelectualizados. (SANTOS, 1984, p. 28)

Diz-se que o silêncio do movimento negro a respeito da questão homossexual afasta muitos militantes em potencial e que os negros homossexuais que se engajam acabam trabalhando muito mais que os companheiros heterossexuais, talvez como uma maneira de angariar simpatia e aceitação. As mulheres negras, outro grupo similarmente marginalizado dentro das organizações, fazem acusações parecidas, o que leva esses dois segmentos a frequentemente unir forças em um combate ao machismo percebido.

Esse traço é atribuído, por eles, às condições de exploração que os negros sempre sofreram nas Américas. Trazidos para cá como escravos e destinados a um trabalho exclusivamente braçal, os homens negros sempre foram valorizados a partir de sua força física e de sua potência reprodutora, capaz de gerar novos trabalhadores. O homem negro passou a ser o estereótipo da “macheza”, em seu aspecto mais animalesco, e, como este era atributo masculino valorizado pela sociedade como um todo, ocorreu uma internalização desse conceito, por parte dos próprios negros, que em muitos casos chegaram a considerá-lo uma das poucas qualidades positivas de sua raça.

Porém, já a partir de 1978, surgiam manifestações de repúdio a essa atitude. Em maio daquele ano, a antropóloga negra Leila Gonzales realizou uma série de conferências em que denunciava a discriminação racial e suas funestas consequências para o negro, tais como: o desemprego, o subemprego, a falta de espaço para ele nos meios de comunicação, sua ausência entre os detentores de poder político e a opressão sofrida pela mulher negra. Aproveitando o ensejo, um membro do público, um rapaz de nome Passarinho, levantou a questão dos negros homossexuais que seriam discriminados e rechaçados, tanto pelos brancos quanto pelos negros. Passada uma surpresa inicial, a plateia aplaudiu, marcando dessa forma a inclusão de mais essa problemática entre os temas a serem incluídas na militância negra.

Em março de 1979, quando tanto o *Lampião* quanto o Grupo Somos já haviam lançado em nível nacional a discussão sobre política homossexual, o assunto foi abordado do ponto de vista negro, num jornal alternativo de Salvador. Era o jornal *O Inimigo do Rei*, cujo número 4 estampava em letras garrafais a chamada de capa: “Além de preto, bicha”. Dentro, havia uma matéria escrita pelo jornalista negro Hamilton Vieira, além de vários depoimentos de homossexuais masculinos negros e brancos, assim como de representantes de entidades negras. Todas confirmavam a discriminação sofrida por homossexuais negros. A matéria começava da seguinte maneira:

Ser negro é ser minoria, logo estigmatizado. Nesse contexto como o homossexual de cor se vê? O fato de ele ser negro não influi no aspecto da marginalização ser mais forte? Ele não sofre mais acentuadamente a repressão imposta a todos os

homossexuais devido ao fator cor? Outro aspecto a ser levantado é o seguinte: vivemos numa sociedade onde os valores culturais predominantes são de origem europeia. Nessa sequência de valores quase exclusivamente brancos, como se situa o indivíduo que possui características culturais distintas das desejáveis por toda uma sociedade? No caso, por exemplo, do homossexual negro, o primeiro dado a ser levantado é este: no nosso país, a homossexualidade é marginalizada e até vista por muitos como uma espécie de crime. O outro dado a ser analisado é que as características culturais do negro, principalmente no campo da estética, não correspondem aos ideais desejáveis pela sociedade. Dentro desta engrenagem, como se situa o negro homossexual? (apud SANTOS, 1984)

A seguir, o autor enfatizava as diferenças entre as profissões dos homossexuais negros e brancos, constatava o elevado número de homossexuais nos terreiros de candomblé e comentava a preferência dos turistas, principalmente os europeus, pelos negros enquanto objetos sexuais.

Quando, em dezembro de 1979, o Movimento Negro Unificado realizou no Rio de Janeiro seu 1º congresso, as mulheres, apesar da oposição de muitos homens, resolveram fazer uma sessão, à parte, para discutir seus problemas específicos. Dessa reunião participou novamente o militante Passarinho, que expôs as dificuldades dos homossexuais e ressaltou as semelhanças entre os problemas enfrentados por eles e pelas mulheres. Embora nessa hora somente um outro rapaz de São Paulo tenha se apresentado publicamente como homossexual, posteriormente vários procuraram Passarinho, em particular, para manifestar seu apoio. Essa teria sido a primeira discussão da questão, feita em uma reunião de caráter interestadual dentro do MNU.

As repercussões dessas discussões fizeram-se sentir em São Paulo. No dia 26 de julho de 1980, durante uma reunião geral do Grupo Somos, que buscava então se reestruturar após a cisão que acabava de sofrer, quatro negros do grupo apresentaram uma visão das manifestações de racismo dentro do Somos e no meio homossexual em geral. Alguns dos pontos levantados foram os seguintes:

- a) O negro dentro do Somos tinha que ser melhor que o branco médio para ser levado a sério. Ele só era considerado se fosse capaz de levantar propostas e manter discussões (capacidade menos exigida dos brancos);

- b) O homossexual negro tinha que se conformar com um estereótipo. Devia ser alegre, simpático e desmunhecado. Se ele aderisse a este estereótipo, passava a ser aparentemente benquisto pelos brancos. Mas, mesmo assim, sua posição era enganosa, pois, após cumprimentá-lo muito efusivamente e de forma “fechativa”, o branco logo estabelecia um distanciamento e, na rua, às vezes até fingia não ver o negro. Esta associação do homossexual negro com a “bicha pintosa” é especialmente relevante, quando se lembra que esta última é alvo frequente de discriminação, mesmo da parte de homossexuais;
- c) Os negros eram, muitas vezes, considerados feios pelos brancos e muitos se sentiam rejeitados em nível afetivo. Diziam que brancos nunca queriam ter “casos” com eles, por medo do que outros brancos poderiam dizer. Por outro lado, o negro também era visto como dono de uma sexualidade mais desenvolvida que o branco. Isto às vezes levaria o branco a procurá-lo só como objeto sexual;
- d) Dentro do Somos, alguns brancos, seguindo a lógica aceita pelo grupo de que as minorias deveriam se organizar separadamente, às vezes sugeriam que os negros homossexuais formassem seu próprio grupo. Porém, os negros achavam que esse tipo de decisão competia a eles tomar ou não e acabaram resolvendo continuar sua participação no Somos. Ao mesmo tempo, reservavam para si o direito de andarem sempre juntos, uma vez que sua condição específica era um importante elo a uni-los;
- e) Quanto à definição de quem seria considerado negro, era classificada como tal qualquer pessoa que se dissesse de descendência africana, não importando o tom da sua pele. Esse último ponto foi mencionado quando surgiram dúvidas, por parte dos integrantes brancos do Somos que estavam presentes, quanto à condição de negro de um dos homossexuais que se colocava como tal.

Depois da explicitação destes pontos, houve uma discussão sobre a prioridade a ser atribuída ao tema, mas, no final, a maioria concordou em considerar as denúncias de racismo no Somos tão importantes quanto as de machismo.

Atuando sob o nome de Grupo de Negros Homossexuais (GNH), esses quatro rapazes participaram também do Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu) realizado em novembro de 1980, em São

Carlos. Lá, foram aplaudidos quando um deles leu o manifesto do grupo, onde era enfocada a problemática dos negros homossexuais e a necessidade de se rever valores preconceituosos.

O Grupo de Negros Homossexuais teve uma duração curta (um ano aproximadamente), mas sua influência foi decisiva na criação, em Salvador, do Adé-Dudu - Grupo de Negros Homossexuais. Isto já estava em cogitação desde o ano anterior, quando se formou o Grupo Gay da Bahia, taxado por alguns de racista, apesar da grande proporção de negros e mulatos entre seus integrantes. A criação do Adé-Dudu causou certos constrangimentos no MNU da Bahia, mas, apesar disso, foi possível colocar o tema “O homossexual negro” entre as propostas apresentadas por aquele estado para o 2º Congresso do Movimento Negro Unificado, realizado em abril de 1981, em Belo Horizonte.

O grupo Adé-Dudu foi oficialmente formado em 14 de março de 1981, por oito rapazes, alguns dos quais eram militantes do MNU, enquanto outros eram independentes. Redigiram uma carta de abertura com os seus objetivos: a luta contra o racismo e o machismo, a eliminação do preconceito dirigido ao homossexual negro e o apoio a todas as demais vítimas de opressão. Nesse mesmo documento, explicava-se o nome do grupo que procurava se manter próximo às suas raízes negras. “Adé”, como já vimos, seria a forma utilizada no Candomblé para designar homossexuais, enquanto “Dudu” significaria “negro” em iorubá.

Sua primeira atividade foi a elaboração de um questionário destinado a mapear as diferentes formas de discriminação sofridas pelo homossexual negro. Dos 102 homossexuais negros entrevistados, aproximadamente 90% afirmavam que existia uma discriminação contra eles. A análise da pesquisa de trinta e cinco depoimentos foi publicada em forma de uma apostila lançada na Semana de Consciência Negra (14 a 20 de novembro de 1981).

Pouco depois de se organizar como uma entidade autônoma, o Adé-Dudu entrou em conflito com alguns membros da MNU, durante um debate realizado para questionar as comemorações oficiais de 13 de maio, considerado pelos militantes negros como a data de uma enganosa pseudo-abolição da escravatura. O fato de dois membros do Adé-Dudu se apresentarem como integrando também o MNU provocou

críticas, por parte de outros militantes desta agremiação. A situação só viria a ser resolvida em julho de 1981 quando, no Encontro de Entidades Negras, foram expostas as origens e as reivindicações do Adé-Dudu para centenas de representantes do Movimento Negro, vindos de todo o país. O apoio recebido nessa ocasião serviu como confirmação, para os militantes negros baianos, da justeza de suas reivindicações.

Em abril de 1981 foi realizado o 2º Congresso do MNU em Belo Horizonte. Após conseguir a inclusão da questão do negro homossexual na pauta de discussão, os integrantes do Adé-Dudu tiveram a oportunidade de realizar um amplo debate do tema com a plenária, apesar de poucos dos participantes do congresso se identificarem como homossexuais. As seguintes propostas foram aprovadas, embora poucas viessem a ser realmente implementadas na prática:

- a) O início imediato de contatos com os grupos homossexuais ou concentrações de homossexuais dos vários estados membros do MNU, para o início de trabalhos;
- b) Recomendação: a questão homossexual deveria ser discutida de forma tal a criar condições de expressão dos homens e mulheres diretamente envolvidos na questão;
- c) Os núcleos deveriam criar grupos de reflexão para discutir os temas: homossexualidade, machismo e a questão da mulher;
- d) O MNU deveria dar seu apoio aos grupos homossexuais e às suas manifestações;
- e) Deveriam ser feitos contatos com grupos ou homossexuais do MNU, com a finalidade de traçar uma política a respeito da questão.

A partir daí, o grupo desenvolveu uma atuação ora mais intensa, ora mais esporádica, voltada principalmente à sua relação com o Movimento Negro. Seus integrantes participaram de vários encontros de negros militantes, tanto em nível nacional, quanto regional e, durante certo tempo, tentaram reanimar o próprio movimento homossexual, quando este começou a dar sinais de exaustão. Produziram também trabalhos de pesquisa social e panfletos sobre a problemática do negro homossexual, ajudando a abrir espaços para essa discussão, tanto nas universidades, como entre os militantes de vários grupos “minoritários”.

Além de seus constantes conflitos com os militantes negros heterossexuais, outra dificuldade foi seu insucesso em conseguir uma participação lésbica, conforme explica Wilson Santos, um dos fundadores do grupo:

Em 1981, quando o Grupo Adé-Dudu realizou e publicou a pesquisa “Negros homossexuais”, foi registrada a ausência de depoimento das mulheres negras homossexuais como consequência da repressão a que são submetidas. As companheiras militantes que têm preferência homossexual ainda não conseguiram romper com as barreiras da opressão para se posicionar enquanto pessoas normais que estão dando sua parcela de contribuição na luta por melhores dias, a exemplo do que vêm fazendo vários homens negros homossexuais, nos diversos estados onde existe o Movimento Negro Organizado. (SANTOS, 1984, p. 7)

Segundo Santos, no período que se estendeu entre 1978 e 1984, as militantes negras nunca colocaram em discussão a problemática da negra lésbica. Isso seria especialmente significativo, ao se reparar a frequência com que se discutiam questões relacionadas à sexualidade, já que uma das principais críticas que as militantes negras faziam dizia respeito à exploração sexual da negra nas mãos de homens, tanto brancos quanto negros. Tida como extremamente sensual, a mulher negra seria frequentemente tratada como prostituta e preterida na hora do casamento formal. Outras questões comumente abordadas eram: a exploração econômica, de que é vítima, e as dificuldades que encontra para organizar uma vida familiar. As suas reivindicações seriam, portanto, sempre voltadas para um estilo de vida heterossexual. Eram os homens homossexuais que acabavam se encarregando de levantar a questão lésbica entre os militantes negros. Mas, em geral, suas relações com as militantes negras eram boas, não se devendo esquecer de que foram elas que originalmente lhes haviam aberto espaços dentro do movimento, ao insistirem na importância de temas como sexualidade e machismo. Santos, novamente, resume a posição dos homossexuais da seguinte forma:

Evidentemente não podemos exigir muita coisa desses grupos femininos, uma vez que as próprias interessadas,

aquelas diretamente envolvidas com a questão, ainda não teorizaram suas reivindicações por sofrerem, mais que os rapazes homossexuais, as consequências do racismo e da discriminação sexual. O que se pode exigir é a coerência necessária para que esses grupos registrem a existência de mais essa problemática e que se abram espaços para que seja discutida. (SANTOS, 1984, p. 22)

Apesar de ficarem frustrados com o silêncio feminino sobre o assunto, os militantes do Adé-Dudu admitiam a existência de diferenças entre a condição dos homossexuais masculinos e femininos. Embora todos os negros fossem oprimidos, os homens, enquanto tais, teriam mais liberdade para viverem a sua sexualidade qualquer que fosse a sua orientação.

Outro foco de atrito para o Adé-Dudu, além dos militantes negros heterossexuais, foi, durante certo tempo, o Grupo Gay da Bahia, também ativo em Salvador. Em relação a esse grupo, era comum a alegação de racismo, apesar da composição daquele grupo ser em grande parte negra e alguns de seus militantes também atuarem no Adé-Dudu. Neste caso, assim como em relação aos conflitos com o movimento negro, um observador superficial da situação baiana, como eu, não pode chegar a conclusões taxativas. O máximo que se pode propor é um convite a uma reflexão mais relativizante, baseada, talvez, nos relatos das experiências do movimento homossexual em São Paulo, ressaltando as tendências detectadas no fracionamento dos grupos e no surgimento de desavenças entre eles. Provavelmente, na Bahia, ocorreu algo análogo ao acontecido em São Paulo, onde os militantes não percebiam claramente certos promotores dessa desagregação, relacionados à própria estruturação dos grupos e à insistência em conceber os homossexuais como uma única categoria social. Preferiam interpretações baseadas na dicotomia “autonomia/política-partidária”. Em Salvador, onde a questão racial é um fator dominante em todas as relações sociais, não é de se surpreender que fosse também invocada para explicar as dificuldades surgidas entre diferentes grupos homossexuais. Mas, o trabalho de desvendar o que realmente ocorria neste caso e em outros subsequentes deve ficar para alguém mais familiarizado com a situação baiana. O objetivo do atual relato

esgota-se na tentativa de traçar um perfil das várias manifestações paralelas a do Somos-SP, que vieram reforçar a noção de que a questão da sexualidade e, mais especialmente da homossexualidade, pudesse ser encarada de forma política.